

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MF = 10,0
JRM

O BANDITISMO SOCIAL NO SERTÃO NORTE-RIO-GRANDENSE (1850 – 1889):
ORIGENS E EVOLUÇÃO



GILENO CÂMARA DE FRANÇA

NATAL - RN

2000 · 1

GILENO CÂMARA DE FRANÇA



**O BANDITISMO SOCIAL NO SERTÃO NORTE-RIO-GRANDENSE (1850 – 1889):
ORIGENS E EVOLUÇÃO**

**Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa histórica II, ministrada pela
Professora Denise Mattos Monteiro, do
curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, sob a
orientação da Professora Denise Mattos
Monteiro.**

**NATAL - RN
2000**

*A todos os docentes e
discentes que colaboraram
direta ou indiretamente
para minha formação
acadêmica.*

Aos meus pais, Gileno e Marisa, por todo o apoio prestado ao longo da minha vida, a minha adoração.

Expresso os mais sinceros agradecimentos a Professora Dr^a Denise Mattos Monteiro, por sua orientação na elaboração do presente trabalho.

A Professora Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva, corretora das normas técnicas, o meu agradecimento mais profundo.

Ao Professor Petrônio José de Aguiar, corretor ortográfico, minha admiração.

A todos os demais docentes, que colaboraram na minha formação acadêmica, o meu agradecimento e admiração.

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e seus funcionários, por terem permitido o acesso as fontes, minha gratidão.

Aos meus colegas, discentes, pela colaboração, meu reconhecimento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1 – A CRISE ECONÔMICA E SOCIAL DO NORDESTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO	5
1.1 – A ocupação e o povoamento da terra pelo colonizador.....	5
1.2 – A consolidação das grandes propriedades rurais.....	9
1.3 – A economia nordestina no século XIX.....	13
1.4 – A sociedade nordestina.....	14
2 – AS SECAS NO NORDESTE E SEU IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	18
2.1 – A seca como tema de pesquisa.....	18
2.2 – Histórico das secas.....	19
2.3 – O combate à seca.....	23
2.4 – As secas da segunda metade do século XIX e seus efeitos.....	25
3 – BANDITISMO E SECA.....	28
3.1 – Banditismo social.....	28
3.1.1 – Origens.....	28
3.1.2 – Banditismo e seca.....	31
3.1.3 – O banditismo social no Rio Grande do Norte, no período de 1850 a 1889.....	33
3.1.4 – A repressão.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
FONTES.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	42
ANEXO 1.....	45
ANEXO 2.....	47

INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil esteve apoiada na produção e exportação de produtos tropicais, principalmente a cana-de-açúcar. A produção açucareira serviu de base econômica para o estabelecimento do europeu em território brasileiro. Devido as suas condições morfoclimáticas, o Nordeste apresentou-se como a área mais adequada ao desenvolvimento da cultura canavieira, ao menos na maior parte do litoral. Já a incorporação econômica do sertão ao litoral, teve no gado o seu principal suporte econômico.

Apesar da ocupação do Nordeste ter sido realizada com atividades econômicas diferentes, possuíam em comum uma estrutura fundiária monopolizadora da terra, pois para essas atividades tornarem-se lucrativas necessitavam de grandes extensões de terra. Assim, a apropriação territorial no período colonial esteve apoiada em uma política fundiária que privilegiou um pequeno número de famílias através das doações de sesmarias.

O sertão, cujas terras foram doadas através do sistema sesmarial ou simplesmente foram apossadas pelos colonizadores para a criação de gado, desenvolveu a chamada "Civilização do Couro", sociedade tipicamente sertaneja, apoiada na pecuária extensiva e o no latifúndio, e afetada diretamente pelas constantes secas típicas dessa área.

O atual estado do Rio Grande do Norte, que possui a maior parte de seu território incluído na área correspondente ao agreste e sertão, tendo sido colonizado no processo de expansão da cultura canavieira e da pecuária bovina, constituiu uma sociedade com praticamente as mesmas características estruturais daquelas existentes nos demais estados do Nordeste, ou seja, a predominância dos grandes latifúndios, a economia voltada para o mercado externo e a existência de relações de trabalho escravas e semi-servis.

Além desses fatores estruturais mencionados, a maior parte do território norte-rio-grandense está inserido no "Polígono das Secas". Dessa forma, as secas constantes afetam diretamente a economia local, principalmente a pecuária bovina, que se constituiu numa de suas principais riquezas, até a seca de 1877.

Dentre os vários efeitos da seca a que está submetido o território norte-rio-grandense, a violência constitui uma das principais reações do homem à pobreza, a humilhação, às perseguições políticas e à degradação de que tem sido vítima. Essa violência apresentou-se de várias formas, indo desde saque às vilas e cidades até a formação de grupos armados e organizados.

Tendo por objetivo avaliar a relação entre seca e banditismo, especialmente no Rio Grande do Norte na segunda metade do século XIX, utilizaremos o conceito de banditismo

^{Eric} social desenvolvido por HOBBSBAWM, em sua obra "Bandidos", segundo o qual o banditismo social foi um fenômeno mundial, ocorrido em sociedades cujas economias se baseavam na agricultura ou no pastoreio e que mobilizou principalmente camponeses e trabalhadores sem terra que se rebelavam contra a elite local. O banditismo, contudo, e ainda segundo esse autor, não possuía um programa alternativo para a sociedade, ou seja, não se tratava de um movimento revolucionário.

O corte cronológico por (nós) escolhido, corresponde ao Segundo Império, período em que o banditismo social se tornou epidêmico no Nordeste, ou seja, se tornou uma prática generalizada entre os nordestinos.

Na historiografia norte-rio-grandense, esse tema tem sido pouco estudado. Além disso, autores como Câmara Cascudo e Raimundo Nonato ao mencioná-lo em suas obras¹, tratam o banditismo sem estabelecer sua relação com os fatores sócio-econômicos, apresentando-o como um fenômeno local, único e descontextualizado.

No livro "Crise agrária e luta de classes", MONTEIRO^{Monteiro} desenvolveu esse tema levando em consideração os fatores econômicos, sociais e políticos. No entanto, o banditismo é estudado de maneira genérica, como um fenômeno social do Nordeste como um todo, sem que o autor tenha se detido nas peculiaridades da província do Rio Grande do Norte.

Portanto, constatada a inexistência de estudos que abordem especificamente o banditismo social no Rio Grande do Norte, no período de 1850 a 1889, como um fenômeno originário de fatores sócio-econômicos, busca-se, através dessa pesquisa, aprofundar a pesquisa desenvolvida por MONTEIRO.^{Monteiro}

Para o desenvolvimento de (nosso) trabalho, utilizamos a coleção de Falas e Relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Norte, referente ao período de 1835 a 1889, fonte primordial para a coleta de dados sobre temas como segurança pública e efeitos da seca. Recuamos a 1835 visando identificar os primeiros casos de banditismo e os efeitos da seca de 1845.

Deparamo-nos, porém, com alguns problemas. Como a "máquina leitora de microfilmes" da Biblioteca Central Zila Mamede encontra-se danificada, não foi possível a leitura das Falas e Relatórios referentes ao período compreendido entre 1861 e 1869 e aos cinco primeiros anos da década de 1880. Além disso, a coleção de Falas e Relatórios, existente no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e no Arquivo Público Estadual, encontra-se incompleta.

¹ Veja-se, por exemplo: CASCUDO, Luís da Câmara, Flor de romances trágicos, e NONATO, Raimundo (Org), Jesuíno Brillante: o cangaceiro romântico.

Quarta edição
revisada e atualizada

Uma bibliografia mais geral pertinente ao estudo desse tema permitiu compreender o quadro sócio-econômico do sertão nordestino, onde atuaram as quadrilhas. Assim, estudou-se a organização da sociedade sertaneja a partir da sua constituição, das relações de trabalho nela existentes e sua economia. Uma bibliografia mais específica foi consultada, no que diz respeito às secas e seus efeitos sobre a sociedade e a economia, e, principalmente, à formação e ação de grupos armados na província do Rio Grande do Norte.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, enfocamos a crise sócio-econômica que se estabeleceu no Nordeste na segunda metade do século XIX. O segundo aborda as conseqüências das secas, especialmente as de 1877 e 1889, sobre as províncias nordestinas, especialmente a do Rio Grande do Norte. O último capítulo trata do crescimento do banditismo na sociedade sertaneja norte-rio-grandense, no período de 1850 a 1889.

1- A CRISE ECONÔMICA E SOCIAL DO NORDESTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO

No que hoje é chamado de Nordeste brasileiro, o sistema de colonização implantado pelos portugueses transformou a terra no principal meio de produção, cuja exploração econômica variou conforme as condições naturais e as necessidades do mercado externo. Conseqüentemente, a estrutura social, econômica e política da região esteve durante mais de quatro séculos diretamente relacionada à terra e seu aproveitamento econômico. Estando o Rio Grande do Norte inserido no mesmo contexto colonizador, a terra aí constituiu-se também no elemento fundamental de sua organização social, econômica e política.

Portanto, o estudo da formação da própria estrutura fundiária do Nordeste, é de fundamental importância para o entendimento das relações sociais e do quadro político e econômico em que se encontrava a sociedade sertaneja por ocasião da segunda metade do século XIX, período que nos interessa investigar mais de perto.

1.1- A ocupação e povoamento da terra pelo colonizador.

*pecuária
de cabanos
de açúcar para*

"... foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Completou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes"²

A partir da década de 1530 teve início o processo de colonização dos domínios portugueses na América, ou seja, as terras brasileiras que vinham sendo ameaçadas pela presença constante de outras nações européias, como a França. Com o objetivo de defender o Brasil, iniciou-se a ocupação efetiva das terras, tendo na produção do açúcar de cana o suporte econômico da empresa colonizadora. Foram sobretudo as condições naturais (solo e clima), o elevado preço do açúcar no mercado europeu, e uma demanda crescente de consumo que levaram os portugueses a estabelecer as primeiras povoações européias em terras brasileiras.

A produção açucareira constituiu uma alternativa econômica capaz de financiar as despesas com a ocupação e povoamento do novo território. Assim, a colônia passou a integrar a economia européia através da exploração agrícola de suas terras.³

² ANDRADE, Manuel Correia de, A terra e o homem no Nordeste, p.153

³ FURTADO, Celso, Formação econômica do Brasil, p.8

O processo de exploração do Brasil foi iniciado pela costa nordestina, originalmente com caráter temporário e com base em feitorias voltadas para exploração do pau-brasil. A chegada de Duarte Coelho à Pernambuco, em 1535, marcou o início da colonização efetiva. A cana-de-açúcar passou a representar a principal forma dos donatários obterem fortuna, uma vez que o comércio de pau-brasil constituía um monopólio da Coroa portuguesa, e o clima e as terras da Zona da Mata eram em sua maioria propícias à cultura da cana. A necessidade de terras e mão-de-obra para o desenvolvimento da indústria açucareira proporcionou a expansão da área colonizada, expansão essa observada a partir do aumento do número de engenhos que de cinco(5) em 1550, passaram para cento e sessenta e seis (166), quando da invasão holandesa⁴.

Fatores como clima e solo favoráveis, mercado consumidor crescente, e a alternativa da mão-de-obra escrava contribuíram para o êxito da agroindústria açucareira no Brasil. As técnicas de produção, os portugueses adquiriram nas ilhas do atlântico, permitindo-lhes deter os conhecimentos técnicos do cultivo da cana e produção do açúcar. O problema do mercado e do financiamento foram resolvidos com a associação dos portugueses com os holandeses, senhores do comércio intra-europeu.⁵

Portanto, na busca de conciliar os interesses comerciais e a necessidade de ocupação das terras brasileiras, Portugal implantou na Zona da Mata um sistema colonizador voltado para a exploração agrária de grandes propriedades, com base na monocultura e no trabalho escravo.

Sendo as terras do litoral nordestino mais próximas de Portugal e possuindo as condições ambientais adequadas, tiveram preferência na aplicação do capital, constituindo-se o Nordeste a região mais importante economicamente da colônia portuguesa no Novo Mundo.

A economia canavieira foi caracterizada pela alta rentabilidade levando a região a um elevado grau de especialização da produção, ou seja, à monocultura. Dessa forma, prejudicou o desenvolvimento das atividades econômicas secundárias, como a agricultura de subsistência e a pecuária. Contudo, a dependência do sistema econômico açucareiro de animais, seja como força motriz dos engenhos, meio de transporte de pessoas e mercadorias ou como fonte de produção de alimento, gerou uma necessidade de expansão da pecuária.

Assim, passou a ocorrer uma dissociação entre a economia açucareira e a criatório, quando as terras do sertão começaram a ser incorporadas com base no avanço da pecuária.

⁴ ANDRADE, Manuel Correia de, op. cit., p. 55 - 62

⁵ Ibid., p.9 - 12.

A separação da cultura da cana-de-açúcar da pecuária foi oficializada através de uma Carta Régia, de 1701, em que ficou proibida a criação de gado nas proximidades da lavoura canavieira. Na mesma carta, a pecuária passou a ser considerada uma atividade econômica distinta da açucareira e praticada em espaços diferentes, à 10 léguas da costa.

A incorporação das novas terras do agreste e do sertão à economia açucareira da Zona da Mata, principal atividade da economia colonial brasileira, teve início já no século XVI, quando as cidades de Salvador e Olinda desempenharam a função de centros irradiadores do avanço colonizador.⁶

Foi com a expulsão dos holandeses do território brasileiro e o consequente desenvolvimento da produção antilhana de açúcar que ocorreu um maior avanço da frente pastoril no sertão.

Os holandeses impossibilitados de continuarem produzindo em terras brasileiras, mas dominando as técnicas de produção, possuindo equipamentos e capital para ser investido na indústria açucareira, criaram um novo núcleo para produção do açúcar: as Antilhas. Em poucos anos a região passou a competir com o açúcar produzido no Brasil, e assim, o monopólio da produção detido pela colônia portuguesa foi quebrado⁷. Nesse contexto, a pecuária surgiu como uma alternativa econômica para complementar a renda dos senhores de engenho, prejudicados pela quebra do monopólio e a queda do preço do açúcar.

Relegada ao sertão nordestino, a pecuária desenvolveu-se em condições naturais inadequadas, devido aos baixos índices de precipitação pluviométrica, tornando-a uma atividade econômica de baixa produtividade. Entretanto, ela contribuiu diretamente para colonização do sertão e do agreste, visto ser necessário uma área de pasto superior a um quilômetro para se criar duas(2) cabeças de gado, o que levou à incorporação de novas áreas.⁸

Favorecida pela crescente demanda de carne e animais de transporte para áreas produtoras de minérios, região do atual estado de Minas Gerais, e de cana-de-açúcar, a pecuária estendeu-se pelo sertão nordestino, pois o crescimento dos rebanhos dependia da ampliação dos pastos. Outros fatores como o baixo custo de formação das fazendas e o uso de pouca mão-de-obra e sem muita qualificação, também contribuíram para o avanço da pecuária sertaneja.

⁶ SHAKER, Arthur. Pelo espaço do cangaceiro, Jurubeba, p.24.

⁷ FURTADO, Celso, op. cit., p.25 - 26

⁸ PRADO Jr., Caio, História econômica do Brasil, p.44 - 45

"A rapidez com que se alastram as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente no litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutra, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria .mas também pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas: levantada uma casa, coberta em geral de palha - (...) -, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutavam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá desafogo."⁹

A formação das grandes fazendas de criação extensiva de gado no sertão nordestino não exigiu assim grandes recursos, pois os animais não necessitavam de muitos cuidados e estava fundamenta no trabalho livre.

Foram dois os centros que proporcionaram o avanço pastoril através do sertão: Bahia (Salvador) e Pernambuco (Olinda). Já em meados do Século XVII, a frente criatória saída da Bahia chegou ao rio São Francisco, de onde seguiu por duas direções: a primeira prosseguiu ao longo do curso do rio, até as proximidades do atual estado de Minas Gerais; a segunda avançou através dos sertões do Piauí até que encontrou no Ceará a frente pernambucana, que ocupou a Paraíba e o Rio Grande do Norte.¹⁰

Juntamente com a pecuária foi introduzida a agricultura no sertão, pois a dificuldade de transporte onerava em demasia o valor das mercadorias vindas do litoral. Inicialmente, a agricultura sertaneja era praticada pelos moradores das fazendas e era voltada para o seu auto-sustento. Com o aumento populacional, as regiões mais úmidas, portanto, mais adequadas ao cultivo, foram sendo destinadas à produção de alimentos, para abastecer o mercado regional.¹¹

Para se ter uma idéia do avanço da pecuária no sertão nordestino, já em meados do século XVIII, a região era responsável pelo abastecimento de toda a área produtora de cana-de-açúcar, e mesmo de Minas Gerais¹², atingindo o apogeu do seu desenvolvimento econômico.

Quanto ao desenvolvimento dos currais no Rio Grande do Norte, estes estiveram atrelados à expansão pernambucana para o norte, quando chegaram a ocupar "a margem esquerda do rio São Francisco e os vales dos rios Preto, Guaraira, Corrente, Pajeu,

⁹ Ibid., p.45.

¹⁰ Ibid., p. 8 - 9.

¹¹ ANDRADE, Manuel Correia de, op. cit., p.155

¹² MEDEIROS FILHO, João de, SOUZA, Itamar de, Os degredados filhos da seca, p.23

Moxotó, além do São Miguel em Alagoas, do Paraíba do Norte, Piranhas-Açu, do Apodi, do Jaguaribe, do Acarau, do Piauí e do Parnaíba."¹³

A ocupação do sertão potiguar foi retardada, pois até as primeiras décadas do século XVII a colonização não ultrapassou vinte léguas sertão adentro. Esse retardamento deveu-se à resistência dos povos nativos ao avanço da frente pastoril e colonizadora dos europeus e ao pouco interesse em ocupar uma área com limitadas possibilidades de exploração econômica e sujeita à secas periódicas¹⁴, quando poucos eram os recursos disponíveis na capitania.

No processo de ocupação do sertão, tornado mais efetivo na capitania do Rio Grande a partir do século XVIII, a criação de gado foi fator econômico primordial para atrair as populações da zona canavieira. Esse avanço pecuarista/colonizador foi lento, seguindo principalmente as ribeiras dos rios. Mas no decorrer dos séculos XVIII e XIX a região tornou-se a principal fonte de abastecimento de carne e animais para Pernambuco e Paraíba. Somente com a grande seca de 1877-1879, que devastou a maior parte do rebanho potiguar, é que a província deixou de ser fornecedora de gado e seus derivados.¹⁵

1.2- A consolidação das grandes propriedades rurais.

Ao longo da colonização brasileira observa-se a tendência da coroa portuguesa a levar em conta os interesses tanto de sua decadente nobreza aristocrática quanto de sua rica burguesia comercial. Quando da necessidade de efetivar a ocupação das terras coloniais americanas, Portugal buscou atender aos anseios, mesmo que contrários, de ambas as classes, através da adoção do regime sesmarial, no qual, grandes extensões de terras foram doadas a fidalgos nos moldes feudais - com poderes quase soberanos sobre seus domínios territoriais -, e destinadas à produção do açúcar, cujo grande valor comercial atraía a atenção da burguesia.¹⁶

Portanto, existiu uma associação dos interesses da nobreza - desejosa de possuir grandes extensões de terras - com os da burguesia comercial - esperando explorar comercialmente as riquezas produzidas na colônia - para efetivar a colonização do Brasil. Com isso, uma colonização que objetivasse um povoamento apoiado na pequena propriedade e na policultura de subsistência não condizia com os interesses portugueses, principalmente no Nordeste.

¹³ ANDRADÊ, Manuel Correia de, op. cit., p.150

¹⁴ SANTOS, Paulo P. dos, Evolução econômica do Rio Grande do Norte, p.57 - 58

¹⁵ Ibid., p. 63 e 67 - 68

¹⁶ GUIMARÃES, A. Passos, Quatro séculos de latifúndio, p. 39 - 42

O regime sesmarial implantado no Brasil também atendeu às exigências da agroindústria açucareira de exportação, pois além do desejo dos colonizadores em tornarem-se "grandes senhores e latifundiários" no novo mundo, o cultivo da cana para produção do açúcar só era viável quando feito em larga escala.¹⁷

Esse regime no Brasil remonta às instituições portuguesas relativas ao domínio de terra. O regime sesmarial em Portugal foi criado a partir de uma instituição comunal do medievo (*communalia*), que teve por objetivo inicial reerguer a lavoura nesse país, cedendo terras aos que desejassem cultivar. Contudo, a expansão marítima portuguesa promoveu um esvaziamento dos campos, causando uma transformação na lei das sesmarias. No intuito de garantir a permanência do homem no campo, a Coroa portuguesa ameaçou retomar as terras improdutivas e entregá-las a quem desejasse cultivá-las e tivesse condições de pagar os tributos.¹⁸

A chegada de Martim Afonso de Souza ao Brasil, em 1530, marcou o início da implantação do sistema sesmarial na colônia. Uma das três Cartas Régias que trouxera de Portugal lhe "permitia conceder sesmarias das terras que achasse e se pudessem aproveitar". As primeiras concessões de sesmarias no Brasil ocorreram nas terras da ilha de Guaíbe e em Piratininga (1532), doadas a João Ramalho e a Brás Cubas, respectivamente.¹⁹

Com o Regimento de 17 de dezembro de 1548, trazido por Tomé de Souza, a legislação das sesmarias foi modificada para melhor atender aos interesses mercantes de Portugal, que orientaram o processo de colonização do Brasil. Conforme o Regimento, a doação de terras em sesmaria estava condicionada à construção de engenhos de açúcar e de uma "torre ou casa forte"²⁰. Portanto, restringiu-se o acesso a terra a homens de posse e incentivou-se a monocultura da cana.

A concessão de uma sesmaria no Brasil estava condicionada a três fatores: a medição, a confirmação e a cultura. O primeiro fator condicionante não podia ser realizado pela ausência ou escassez de pessoal qualificado e ao alto custo em que implicava; já em relação aos demais fatores, não havia como verificar o seu cumprimento".²¹

Justificam-se as doações em sesmarias de imensas porções de terra no litoral açucareiro ou no sertão pecuarista pelos interesses mercantis portugueses que obrigavam à constituição de grandes unidades de produção monocultoras e escravistas. Mesmo a Coroa

¹⁷ PRADO Jr., Caio, *op. cit.*, p. 32 - 33

¹⁸ LIMA, Ruy C., *Pequena história territorial do Brasil*, p. 15 - 32

¹⁹ *Ibid.*, p. 36 - 37

²⁰ *Ibid.*, p. 41.

²¹ GUIMARÃES, A. Passos, *op. cit.*, p.53.



portuguesa tendo estabelecido limites de extensão - três léguas - as sesmarias frequentemente excediam as dimensões previstas em lei.²²

Com os representantes da Casa da Torre, Os Garcia D'Ávila, temos um exemplo de como ocorreu o avanço da frente pastoril pelo sertão nordestino e de como foram constituídos os grandes latifúndios. Fundada por Garcia D'Ávila, a Casa da Torre obteve, já em 1572, quinze léguas de terras destinadas à criação de gado. Através de seus descendentes foram alargados os domínios da Casa, que se estenderam por Pernambuco, Ceará, Bahia e Piauí, constituindo uma área correspondente a quase duas vezes o território da atual Itália.²³ Segundo Andrade, as grandes extensões territoriais doadas a família Garcia D'Ávila, ao longo do sertão, estenderam-se desde a costa norte da Bahia, até o sertão do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.²⁴

Embora o sistema oficial de ocupação das terras estivesse apoiado no regime de concessão de sesmarias, pela Coroa portuguesa, desenvolveu-se paralelamente a posse, desafiando as leis coloniais. Para a classe proprietária - composta de sesmeiros e grandes posseiros - a lei metropolitana de concessão de sesmarias passou a representar ou constituir entrave aos seus interesses no processo de ocupação das terras "desocupadas" ou não produtivas.

As concessões de sesmarias foram suspensas em 1822 e a posse tornou-se a principal forma de apropriação territorial, existindo ainda o acesso à terra por compra e herança. Sem barreiras legais avançou o processo de apropriação de terras, dando origem aos grandes latifúndios.²⁵

Com isso, a posse passou a ser "única" forma de obtenção de terras durante mais de vinte e cinco anos, causando a ocupação de grandes extensões territoriais do país por posseiros, mesmo sem o reconhecimento oficial da propriedade.

Através da resolução de 17 de julho de 1822, o governo português pôs fim ao regime de sesmarias no Brasil, mas não foram criadas de imediato novas regras para regular o acesso à propriedade das terras. Foi apenas em 1850 que o governo Imperial promulgou uma lei com essa finalidade, a chamada Lei de Terras de 1850.²⁶

A partir de então, passou a existir efetivamente uma política de terras no Brasil, relacionada às necessidades econômicas e aos novos conceitos de terras e trabalho.

²² SILVA, J. Graziano da, (Org), Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira, p. 14 - 16

²³ CASCUDO, Luis da Câmara. Tradições populares da pecuária nordestina, p. 20 - 21

²⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. A produção do espaço norte-riograndense, p.17

²⁵ SILVA, J. Graziano da, op. cit., p. 36 - 38

²⁶ COSTA, Emília Viotti da, Da Monarquia a República, p. 140

A Lei de 1850 foi um marco na mudança de atitudes frente à questão da terra, ou seja, a terra deixou de ser concebida de uma maneira tradicional para passar a ser compreendida de um modo moderno. Tradicionalmente, a terra era concebida como parte do patrimônio da Coroa portuguesa, por isso parte das terras do Brasil foram apropriadas através das doações reais a indivíduos que haviam prestado serviço a Coroa, isto é, a terra era uma recompensa e sua posse representava sobretudo prestígio social. Com a instituição da Lei de 1850, a terra tornou-se uma mercadoria, e as terras públicas adquiridas através da compra passaram a ser privatizadas, garantindo poder econômico, e portanto social, aos grandes proprietários rurais.²⁷

A Lei de Terras de 1850 foi inspirada nas teorias de Wakefield, segundo elas:

"... numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira para obter trabalho livre nessas circunstâncias seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que, o trabalhador livre incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas".²⁸

A promulgação dessa lei esteve ligada a quatro fatores fundamentais: a necessidade do Estado em controlar a apropriação das terras a ele pertencentes; a garantia do reconhecimento jurídico da classe proprietária, detentora na prática do monopólio da terra; a necessidade de financiamento da vinda de mão-de-obra imigrante e livre, pois a escrava já não poderia ser obtida devido ao fim do tráfico negreiro internacional, decretado em 1850 pelo governo imperial; e a necessidade de impedir que a mão-de-obra livre tivesse acesso à terra, o que prejudicaria o interesse maior da política imigratória: garantir trabalhadores para cafeicultura.²⁹

Com a Lei de Terras, consagrou-se no Brasil a grande propriedade voltada para a produção em larga escala de gêneros tropicais que atendessem às exigências do mercado internacional, ao mesmo tempo que se "impediu" o acesso da grande massa de trabalhadores livres à terra. Esse impedimento foi possível na medida em que a Lei e Terras proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, ao mesmo tempo em que permitia que sesmeiros em situação irregular e grandes posseiros legalizassem as terras que detinham, mediante a demarcação dos limites territoriais e o pagamento de taxas.³⁰

²⁷ Ibid., p. 141 - 142

²⁸ Ibid., p. 146

²⁹ SILVA, Lígia Maria O., Anais ..., op. cit., p. 39

³⁰ COSTA, Emília Viotti da, op. cit. p. 140 - 141

A Lei de Terras foi instituída dentro do contexto de profundas transformações na estrutura política e econômica do Brasil, marcada pelo eminente fim da escravidão e a substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre, cuja vinda deveria ser financiada pela venda das terras públicas ou devolutas. A elite agrária constituía-se definitivamente como classe social, com o reconhecimento pelo Estado de seus direitos sobre as terras por ela ocupadas, através de doações de sesmarias ou simples posse.

No Nordeste, as condições naturais, somadas ao tipo de colonização implantado e à política fundiária adotada no século XIX determinaram a evolução econômica da região.

1.3- A economia nordestina no século XIX.

Estando a economia nordestina orientada para o abastecimento do mercado externo com produtos tropicais, principalmente o açúcar e algodão, era sujeita a crises periódicas, dependendo das condições do mercado.

Na segunda metade do século XIX, especificamente, as lavouras tradicionais entraram em um processo de decadência constante e acentuado. A produção açucareira sofreu a concorrência do açúcar de beterraba e do açúcar produzido em outras áreas, como as Antilhas. Quanto à cultura do algodão, entrou em decadência na década de 1870 com a retomada da produção norte-americana, após o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

Fatores como o fim do tráfico negreiro, a partir de 1850; a transferência do pólo econômico e político do Nordeste açucareiro para o Centro-Sul cafeeiro; o tráfico interprovincial de escravos e as sucessivas e devastadoras secas também contribuíram para a descapitalização da região, isto é, a decadência do Nordeste.³¹

Referindo-se a essa transformação econômica, Caio Prado Júnior, afirma que:

"Dois fatos (...) a constituem; um de natureza geográfica: o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil - da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco - , e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira".³²

³¹ MONTEIRO, Hamilton Mattos, Crise agrária e lute de classe, p.39 - 42

³² PRADO Jr., Caio, op. cit., p. 157

A segunda metade do século XIX marcou o empobrecimento geral da economia nordestina, que atingiu as duas principais áreas econômicas: o litoral açucareiro e o sertão algodoeiro/pecuarista. Por outro lado, marcou o crescimento econômico do Centro-Sul do Brasil, principalmente as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, produtoras de café, que passou a ser o grande produto de exportação do Brasil.

As sucessivas secas ocorridas no Nordeste ao longo do século XIX geraram um quadro de grande mortandade e migração da mão-de-obra livre, ampliando a crise econômica. As secas promoveram a destruição das criações e das plantações do sertão, conseqüentemente, produziram a diminuição da mão-de-obra, em virtude da fome, da emigração e doenças (cólera, tifo, varíola).³³

Apesar da mudança do produto base da economia brasileira, da transferência do pólo econômico do Nordeste para o Centro-Sul, da crise da economia exportadora nordestina, persistiram no Nordeste as mesmas estruturas produtivas, ou seja, continuou a prevalecer o baixo nível técnico, a monocultura, a grande propriedade, o uso de mão-de-obra escrava e a orientação para o mercado externo.

Nesse contexto, a região Centro-Sul por estar em processo de expansão, atraiu tanto a mão-de-obra escrava quanto a livre disponível no Nordeste através do tráfico interprovincial de escravos e da migração espontânea a partir de meados do século XIX. Com isso, o desenvolvimento do Nordeste tornou-se lento na segunda metade do século XIX. As cidades não atraíram populações, apenas os flagelados das secas que a elas se dirigiam para conseguir embarcar para a Amazônia da borracha ou o sul cafeeiro.³⁴

Portanto, a partir de meados do século XIX, o Nordeste entrou em um período de retração econômica, colocando-se em sua situação desvantajosa diante do Centro-Sul cafeeiro, que transformava-se no novo centro político/econômico do Império. Dessa forma, as novas elites agrárias do Centro-Sul passaram não apenas a deter o poder econômico, como também a influenciar as decisões políticas, garantindo um rápido desenvolvimento da região.

1.4- A sociedade sertaneja

Partindo das doações de sesmarias, os colonizadores penetraram o sertão, estabelecendo ao longo do rio São Francisco e dos sertões das capitânicas nordestinas os currais. Foram os vaqueiros, pequenos posseiros e mesmo os escravos, os grandes responsáveis

³³ MONTEIRO, Hamilton Mattos, op. cit., p.43 - 49

³⁴ FACÓ, Rui, Cangaceiros e fanáticos, p. 17 - 18

pelo desbravamento e povoamento da região. Fazendas de criação extensiva, consorciadas com uma agricultura de subsistência, adaptadas às condições ambientais de solo e clima, marcaram profundamente a sociedade sertaneja nordestina, desde o início de sua constituição.

Os baixos custos para instalação de uma fazenda de gado e as características do trabalho aí necessário legaram algumas características à sociedade sertaneja: reduzido número de habitantes (baixa densidade demográfica); predomínio de mão-de-obra livre e indígena; maior mobilidade social e o uso restrito de negros escravos.³⁵

A sociedade sertaneja que se constituiu em decorrência da expansão econômica da atividade açucareira do litoral, foi denominada "Civilização do Couro", fundamentada na pecuária e no latifúndio. O termo "Civilização do Couro", utilizado por muitos autores para designar as práticas sociais que caracterizavam o sertão, demonstra a influência do couro do boi na vida e no cotidiano dos sertanejos, pois "... constituíra ele, desde o início da ocupação do solo, tanto o material mais abundante para as exigências mais cotidianas, quanto importante produto de exportação."³⁶

Nesta área, surgiram relações de trabalho mais "amenas", se comparadas com as existentes na Zona da Mata escravista, sendo a "quarta" ou a "quinta" as principais formas de pagamento dos vaqueiros, principalmente no início da colonização.³⁷

Sendo a terra o principal meio de produção do Nordeste, a sua posse ou não, determinou a estratificação da sociedade em três classes principais: os latifundiários; os escravos e moradores (trabalhadores livres das fazendas); e o grupo intermediário, composto por pequenos e médios proprietários, arrendatários, profissionais liberais e funcionários públicos.³⁸

Mesmo existindo na sociedade sertaneja uma estratificação social com base posse/propriedade da terra, ocorreu o desenvolvimento de certos laços de solidariedade entre as classes, surgidos a partir da consanguinidade e do compadrio. Eram entretanto laços baseados em relações entre dominados e dominadores, que devido à afinidade, à interdependência e aos deveres assumidos por ambas as partes, "encobriam e massacravam" a luta de classes.

³⁵ FURTADO, Celso, op. cit., p. 58 - 60

³⁶ QUEIROZ, Maria Isaura P. de, História do cangaço, p. 19

³⁷ SOUZA, Itamar, A luta da Igreja contra os coronéis, p. 51

³⁸ MONTEIRO, Hamilton Mattos, op. cit., p. 38

Existiram graves conflitos na sociedade sertaneja. As parentelas, grupo de indivíduos que se unem por relações de parentesco, de aliança matrimonial, de compadrio, de gratidão e de prestação de serviços, costumavam usar da violência na defesa do patrimônio para garantir os limites das propriedades, os melhores pastos, as fontes de água. Além de usarem dessa mesma violência na defesa da "honra", dos agregados, dos parentes e nas questões de herança.³⁹

No Brasil, e principalmente no Nordeste, a forma de apropriação dos meios de produção, ou seja, a terra, caracterizou-se pela exclusão da maioria da população. Para sobreviver, a mão-de-obra livre pobre e desprovida do principal meio de produção estabeleceu com os proprietários relações de dependência para suprir suas necessidades básicas (moradia, alimentação e segurança). Surgiram, assim figuras como os do meeiro, morador de condição, jornaleiro ou agregado etc.

Maria Regina M. Furtado Mattos, em sua dissertação de mestrado, "Vila do Príncipe - 1850/1890, sertão do Seridó - um estudo de caso da pobreza", faz um estudo das diversas relações de trabalho existentes no sertão potiguar.

Segundo a autora, os historiadores tem relegado a segundo plano a contribuição da mão-de-obra escrava no sertão pecuarista, quando, na realidade, existiu uma coexistência do trabalho escravo com "outras formas de relações de produção, envolvendo os trabalhadores pobres e livres". Ao lado dos chamados "escravos de ganho" ou jornaleiro, as principais ocupações dos escravos eram os "... serviços domésticos, como cozinheira e costureira. Domar cavalos, construir cercas para proteger as plantações, abrir cacimbas para o abastecimento de água para o rebanho, preparar o solo para o plantio, os serviços de pedreiro ...".⁴⁰

Dentre as relações de trabalho livre, a "meia" foi uma das mais comuns relações no sertão, e apesar de frequentemente relacionada com a agricultura, também estava presente na pecuária. Nos períodos de seca, tornava-se mais comum o uso da "meia", devido a diminuição dos pastos. Conforme o sistema usado pelos proprietários, na pecuária os animais eram repartidos entre alguns tratadores. Finda a estiagem, os animais sobreviventes eram repartidos meio a meio entre o proprietário e tratador. No caso da "terça", outra forma de acordo entre o trabalhador livre e/ou liberto com o latifundiário, o trabalhador ficava com dois terços da produção e o dono das terras com o terço restante.

³⁹ DÓREA, Carlos Alberto, op. cit., p. 19 - 21

⁴⁰ MATTOS, M. R. Furtado, Vila do Príncipe: 1850/1890, Sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza, p. 122

Outra forma de acordo surgida no sertão foi a "agregação", através do qual o trabalhador livre dispondo apenas de sua força de trabalho e de sua família, oferecia essa força-de-trabalho ao proprietário em troca do direito de morar nas terras desse proprietário. Com a desarticulação do sistema escravista, principalmente a partir de 1870, a posse de grandes números de agregados passou a substituir o status social de possuir muitos escravos.

Na relação de trabalho denominada "jornada", o trabalhador "recebia um salário mediante prestação de serviços, previamente combinado com a pessoa interessada". Portanto, os acordos estabelecidos entre as partes não envolviam a mão-de-obra familiar, pois o trabalho era individual e por tempo limitado.⁴¹

Todas as relações de produção existentes no sertão demonstram não só a relação de dependência do trabalhador livre para com o proprietário, gerado pela estrutura fundiária de caráter monopolista, como também as formas surgidas para manter e assegurar mão-de-obra barata.

Na segunda metade do século XIX, com a crise econômica do Nordeste, ampliada pelas grandes secas, as condições de vida e trabalho no campo pioraram, "gerando o conflito e a violência recíproca" entre proprietários de terra e trabalhadores.⁴²

⁴¹ Ibid., p. 145 - 165

⁴² MONTEIRO, Hamilton Mattos, op. cit., p. 30 - 31

2- AS SECAS NO NORDESTE E SEU IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL.

"A seca é um processo social gerado pela escassez periódica de chuvas ou pela reduzida precipitação pluviométrica nos meses em que se espera o inverno, que tem exercido, no tempo e no espaço, uma profunda influência na sociedade rural nordestina."⁴³

A sociedade sertaneja sofreu ao longo de sua formação as influências diretas de dois fatores, um ligado ao processo de ocupação territorial e o outro às condições naturais, ou seja, o latifúndio e a seca. No Nordeste, os primeiros registros da ocorrência da seca e seus efeitos datam do início da colonização portuguesa, no século XVI.

Ao longo de quase 500 anos de colonização, vários foram os estudos e propostas criados por políticos e técnicos para amenizar e/ou eliminar os efeitos das estiagens prolongadas sobre a economia e a sociedade sertaneja. Contudo, mesmo com as diversas políticas governamentais de combate à seca, continua nos dias atuais o sertão a sofrer seus efeitos.

2.1 - A seca como tema de pesquisa

João Medeiros Filho e Itamar de Souza, ao analisarem os trabalhos a respeito da seca, dividiram-nos, conforme as abordagens, em quatro enfoques principais: o tradicionalista, o tecnicista, o ecológico e o sócio-político.⁴⁴

Na concepção tradicionalista, a compreensão do fenômeno da seca e os métodos de combate são associados ao misticismo, ou seja, a seca não tem apenas causas naturais, é um castigo de Deus, superado apenas através de rezas. Por tratar-se de uma "obra divina", o homem não possui meios materiais de combater a seca, se não através do auxílio de entidades sobrenaturais.

De acordo com a concepção tecnicista, surgida no Segundo Império, a seca só ocorre em função da irregularidade das chuvas, sendo a acumulação de água em açudes e barragens, e a perfuração de poços, a solução para a problemática da seca.

⁴³ MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de, op. cit., p. 7

⁴⁴ Ibid. p. 11 - 15

No enfoque ecológico, a seca é causada por um desequilíbrio entre a natureza e a sociedade, iniciado com a introdução da agricultura. Assim como nas abordagens anteriores, a estrutura sócio-econômica nordestina não é mencionada, muito menos contestada, como um fator agravante da problemática da seca.

No entanto, no quarto enfoque, o sócio-econômico, a seca não é estudada como um simples fenômeno climático, como nos enfoques anteriores. Mas como um fator de agravamento das desigualdades sociais, políticas e econômicas já existentes na região, pois paralisa o setor agrícola, tanto de subsistência como o de exportação, e libera a mão-de-obra camponesa ou de trabalhadores livres sem terra para outras regiões do Brasil, como a Amazônia, que necessitava de força de trabalho para extração da borracha.

2.2 - Histórico das secas

Conforme o Senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil, em "Ensaio estatístico da província do Ceará", as secas podem ser classificadas de três formas:

" 1º Quando as chuvas são finas, que não fazem correr os rios e encher as lagoas, e apenas chegam para fazer pastos e legumes; 2º quando apenas fazem criar pastos no sertão; 3º finalmente quando nem pastos fazem crescer. Estas últimas, que ordinariamente são gerais, são as que causam grandes calamidades".⁴⁵

Assim como, as secas apresentam-se de maneiras distintas, também podem manifestar-se em uma área e em outras só anos depois, quando as primeiras já saíram da crise climática. Outras vezes, limitam-se apenas à áreas isoladas.

O fenômeno da seca não é exclusividade do Nordeste, pois a área que compreende o chamado "Polígono das Secas" prolonga-se até o norte do estado de Minas Gerais.⁴⁶

Segundo Eloy de Souza, os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte formam a "trindade infeliz", uma vez que são considerados como os mais afetados pelas secas, acentuando o quadro de miséria existente⁴⁷. Conforme dados obtidos a partir da bibliografia consultada, as secas também afetaram constantemente o estado de Pernambuco, com isso, deve e pode também ser incluído na "trindade".

⁴⁵ Apud, ALVES, Joaquim, História das secas, p. 166

⁴⁶ ANDRADE, Manuel Correia de, op. cit., p. 23

⁴⁷ SOUZA, Eloy de, O calvário das secas, p. 142

Apesar das secas fazerem parte constante da vida no sertão, devido ao próprio clima, marcado pela alternância de duas estações climáticas (a da seca ou verão e a das águas ou inverno), a economia e a sociedade sertaneja não estavam preparadas para uma estiagem mais prolongada, pois tendo sido sua ocupação feita para atender as necessidades do comércio exterior, impossibilitava aos povoadores desenvolverem técnicas e hábitos que possibilitassem um convívio com a seca⁴⁸. As chuvas ocorrem normalmente entre os meses de dezembro à março, findo esse período, tem início a época da seca, que prolonga-se até o retorno da temporada chuvosa. Contudo, quando os ciclos das estações é quebrado e o "inverno" não chega, ou é mais curto que o normal, a estação seca estende-se por um, dois ou mais anos, arruinando plantações, dizimando o gado e expulsando os homens para áreas mais favoráveis, como o litoral, ou outras regiões do país⁴⁹.

Os primeiros registros da ocorrência de secas na região semi-árida do Nordeste foram realizados pelo cronista Fernão Cardim. As informações por ele prestadas, referem-se à seca de 1853, quando ocorreu, na capitania de Pernambuco, a migração do sertão para o litoral de aproximadamente quatro(4) ou cinco(5) mil índios⁵⁰. Conforme o cronista padre Serafim Leite, em sua obra "História da Companhia de Jesus no Brasil", houve três secas no Século XVI, em 1559, 1564 e 1592, que afetaram a Bahia e Pernambuco⁵¹.

A inexistência de uma ocupação mais efetiva no século XVI, nas áreas que hoje compreendem os atuais estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, impossibilita saber se as secas também as afetaram, uma vez que são poucos os cronistas que abordam de forma mais detalhada essa área.

No século XVII foram registrados um total de sete secas, nos anos de 1603, 1606, 1609, 1614, 1645, 1652 e 1692⁵². Mesmo existindo uma escassez de documentos sobre as secas do século XVII, principalmente em território norte-rio-grandense, os relatos sobre a seca de 1692 falam dos prejuízos causados "... na sua única indústria, a de criação de gado..."⁵³

Ao escrever sobre a seca de 1692, João Brígido, em "Resumo da história do Ceará", explica a existência de poucas informações: "Neste ano deu-se uma sêca da qual Pernambuco sofreu muito. Naturalmente esta sêca se estendeu ao Ceará; e se na Província não

⁴⁸ ANDRADE, Manuel Correia de, A produção do espaço norte-riograndense, p. 3

⁴⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit., p. 17 - 18

⁵⁰ ALVES, Joaquim, op. cit., p.17, 18 e 20

⁵¹ Apud, MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de, op. cit., p. 29 - 31

⁵² Ver anexo 1

⁵³ ALVES, Joaquim, op. cit., p. 24



há notícia dela, é que nada ficou nos seus arquivos, e o Ceará tinha então mui diminuta população".⁵⁴

O século XVIII marcou grandes transformações nos registros das secas, em termos qualitativos e quantitativos, graças a "pacificação" do sertão, que permitiu aos donos das fazendas e suas famílias residirem em suas propriedades. Neste século ocorreram onze secas (1710 - 1711; 1722 - 1728; 1736; 1744 - 1746; 1754; 1760; 1766; 1772; 1777 - 1778; 1784 e 1790 - 1793)⁵⁵. Desse total, oito secas afetaram o território do Rio Grande do Norte, as demais áreas afetadas não nos foi possível identificar.

O cronista Manuel Antônio Dantas Correia, assim descreveu os efeitos da seca de 1744-1746 na Província do Rio Grande do Norte:

"Na éra de 44 houve segunda sêca; nesta morreram os gados a acabar, e a fome no povo foi consideravel, de sorte que meninos que já engatinhavam tornaram ao estado de engatinhar, e que os moradores do rio Piranhas se viram na precisão de desmanchar as redes de dormir para pesca do peixe, sendo este tão magro que só tinha a escama e a espinha, e sem outra mistura que agua e o sal."⁵⁶

Apesar da existência de informações mais detalhadas sobre as secas do século XVIII:

"Não é possível se aquilatar os estragos causados pelas secas na primeira metade do século, por falta de dados estatísticos esclarecedores da dimensão do grande flagelo. Apenas se tem uma idéia estarrecedora dos prejuízos, sem quantificações precisas. Sabe-se que era grande o número de fazendas existentes e que a mortandade de gado foi bastante grande também"⁵⁷.

Ao longo dos três primeiros séculos de colonização do Brasil (XVI, XVII e XVIII), ocorreu um total de trinta e seis secas⁵⁸, mas os registros existentes não permite identificá-las como secas totais, que teriam afetado a área hoje correspondente ao chamado "polígono das secas", ou parciais, atingindo apenas uma ou duas capitânicas. Contudo, a falta de gêneros alimentícios, a fome, a migração, a morte do gado e de pessoas já estavam presentes desde os primeiros relatos dos cronistas do século XVI.

⁵⁴ Apud, GUERRA, Felipe, Sêcas do Nordeste, in: ROSADO, Ving-Un (Org), Memorial da seca, p. 202

⁵⁵ Ver anexo 1

⁵⁶ Apud, GUERRA, Felipe, op. cit., in: ROSADO, Ving-Un (Org), op. cit., p. 202

⁵⁷ SANTOS, Paulo Pereira dos, op. cit., p. 61

⁵⁸ Ver anexo 1

No século XIX, os efeitos das secas sobre a economia e a sociedade sertaneja tornaram-se mais devastadores, principalmente nas províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, devido à ocupação de todo o interior dessa região e a crise dos produtos de exportação, que desestruturava a atividade produtiva. Ocorreu um total de quatorze secas, entre totais e parciais :1803 - 1804; 1808 - 1810; 1814; 1817; 1819 - 1820; 1824 - 1825; 1833 - 1835; 1844 - 1846; 1860; 1869; 1877 - 1878; 1888 - 1889; 1898 e 1900.⁵⁹

Dentre as secas das cinco primeiras décadas do século XIX, uma merece um destaque maior, a de 1844 - 1846. Ela foi considerada uma das maiores de todos os tempos, tendo provocado a desorganização da economia regional, que só voltou a recuperar-se quinze anos depois⁶⁰. A política de socorros públicos e os efeitos dessa seca sobre o território da província do Rio Grande do Norte, foram registrados pelo presidente da província em seu relatório de 1845.

Segundo esse registro,

“... longe de viverem satisfeitos e contentes os rio-grandenses, ao contrario elles se tem vistos como não ignorais, em terriveis angustias, em consequência da assoladora secca que ha dous annos tem flagellado esta porção do Império, principalmente no sertão, onde mais cruéis e destruidoras tem sido os efeitos do extraordinário cataclysma, sob cuja a maligna influência ainda nos achamos. A mortandade dos gados de todas as espécies, e o anniquilamento das lavouras, tem abrigado grande parte da povoação do Centro a abandonarem as suas habitações, e a vir himisiar-se no litoral, onde a carestia e escassez, que ja se sentia, augmentou-se, como era natural, (...), tornando-se por consequência geral a miséria e a indigência, cujas calamitosas consequências geral soffrem em maior escala os retirantes ou emigrados os quais além da necessidade de alimentos, carecem de cassa em que se abriguem, e de roupa com que se tirem da desnudez que se achão. De Tão desgração situação tem resultado morrerem não poucos individuos, principalmente crianças e velhos, não só de fome, mas de enfermidades que lhes tem produzido o uso de alimentos improprios, como a mucumã, o chiquechique e o pão-barriga, de todos o mais pernicioso. O Governo Imperial, sempre desvelado em promover o bem do paiz, sabendo desta extraordinária penuria, curou de minora-la, enviando-me, por diversas vezes, quatrocentas e oitenta saccas de farinha de mandioca de mediocre qualidade, afim de serem convenientemente distribuidas gratuitamente pelas pessoas mais necessitadas, ou, no caso de já achar-se o mercado sufficientemente abastecido, vende-la pelo preço restrictamente calculado para salvar a despeza da compra e do embarque, que tudo tem sido fielmente cumprido, como he de publica notoriedade”⁶¹.

⁵⁹ Ver anexo 1

⁶⁰ ALVES, Joaquim, op. cit., p. 30

⁶¹ DISCURSO pronunciado pelo excelentíssimo presidente da província do Rio Grande do Norte, Casimiro José de Moraes Sarmiento, na abertura da segunda sessão ordinária da quinta legislatura da Assembléa Provincial, no dia 7 de setembro de 1845, p. 4 - 5

Como se observa no referido Discurso, mesmo áreas não afetadas diretamente pela seca, como o litoral, sofreram os seus efeitos, pois na medida em que se tornavam pontos de atração de retirantes os preços dos gêneros alimentícios tendiam a subir. Também percebe-se a colocação em prática, por parte do Governo Imperial e Provincial, de uma política de socorros públicos baseada principalmente na distribuição gratuita de alimentos aos flagelados, prática que se tornou comum a partir de então, gerando a “indústria da seca”.

2.3 – O combate à seca

Ao longo do período de 1869 a 1884 foram vários os trabalhos realizados por técnicos e políticos que propuseram ações para se combater as secas e seus efeitos. Dentre essas soluções, as mais comuns foram os programas de pequena e grande açudagem, o reflorestamento e a transposição das águas do rio São Francisco. No entanto, poucas foram as vezes em que essas propostas de ação contra a seca trataram do aproveitamento econômico das águas represadas, limitando-se apenas a implantação da piscicultura nos açudes⁶². Observa-se que, ainda hoje, são apresentadas como alternativas para a população coexistir com a seca.

Em 1847, o presidente da província do Rio Grande do Norte, Casimiro José de Morais Sarmiento propôs as seguintes medidas para combater os efeitos da seca:

“... 1º, empregando-se os convenientes meios a fim de que a parte do povo, que he inerte e preguiçosa, se tornasse trabalhadora e industriosa: 2º, tomando-se medidas proprias a augmentar os poderes productivos do trabalho, que na actualidade he esteril, tanto porque em geral he exercido sem intelligência, como porque aqui ainda não são conhecidas, e nem usadas as mais simples machinas: 3º, abrindo-se estradas que, pondo todos em pontos da província em comunicação uns com os outros, os habilitem para mutuamente se socorrerem em caso de necessidade, e não aconteça o que succedeu a Maioridade, Portalegre, Apodi, Pao-dos-Ferros, Acary e outros pontos, que soffreram todos os rigores da fome por não ser possível transportar-lhes mantimentos: 4º, vedando-se não só a destruição das poucas mattas que restam e que diariamente vão sendo assoladas, mas promovendo-se a plantação das arvores nos lugares proprios, pois he sabido que as florestas, os bosques, sobre conservar a humidade da terra, desafiam e provocam as chuvas: 5º, mandando-se construir açudes, cystemas, poços batidos, ou abrir artesianos nos lugares que carecem de correntes, como o Principe, Acary, Maioridade, &c, &c: 6º, mandando-se desobstruir as barras dos rios Ceará-Mirim, Camoropim, Maxaranguape e

⁶² FERREIRA, Lúcia de F. Guerra, Raízes da indústria das secas, p. 52 - 53

outros, e fazendo-se os melhoramentos de que he susceptivel o porto desa cidade, afim de que a navegação se tornasse facil e desempeçada, e podesse florescer o commercio"⁶³.

Como se observa no relato do presidente da província, a estrutura socio-econômica da região não é mencionada em momento algum, como fator agravante da seca, ao contrário, os efeitos da seca são atribuídos aos trabalhadores pobres, acusados de "inertes e preguiçosos".

No período Regêncial, as principais medidas tomadas pelo governo central e provinciais foram no sentido da abertura de fontes artesanais e dos trabalhos de açudagem. Para o estabelecimento de fontes artesanais, as verbas tiveram origem, inicialmente, no Ministério e Secretaria dos Negócios do Império, porém, no ano de 1833, essa atribuição passou para os governos provinciais. Contudo, as condições técnicas da época impediram um maior desenvolvimento do programa. Quanto a açudagem, chegou-se a criar uma lei "visando a sua propagação e incentivo", através de prêmios em dinheiro aos que construísem açudes⁶⁴.

A grande seca de 1877 proporcionou vários debates nacionais a respeito do problema das secas no Nordeste, principalmente no Instituto Politécnico no Rio de Janeiro, que dedicou algumas de suas sessões ao estudo e ao debate do problema. Como resultado dessas reuniões, o Governo Imperial nomeou uma comissão de engenheiros que ao final dos estudos de campo propôs a transposição do rio São Francisco, a construção de açudes e estradas de ferro. Medidas essas, em sua maioria, destinadas a serem implantadas na província do Ceará⁶⁵.

Conforme as Falas e Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte, de 1877 a 1880, a ação do Governo Imperial e Provincial durante a seca que ocorreu nesse período, não seguiram as propostas da comissão de engenheiros do Instituto Politécnico. restringiram suas ações a implantação de uma política de socorros públicos, fundamentada principalmente no assistencialismo, ou seja, distribuição gratuita de alimentos.

Os alimentos e os remédios enviados pelo Governo Imperial para socorrer os flagelados nordestinos, foram distribuídos pelos Governos Provinciais através das "Comissões de Socorro". Contudo, grande parte desses gêneros foram desviados e negociados no mercado negro.

⁶³ DISCURSO apresentado pelo presidente da província do Rio Grande do Norte, Casimiro José de Moraes Sarmiento, na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 7 de setembro de 1847, p. 17 - 18

⁶⁴ FROTA, Luciana S. de Aragão, Documentação oral e a temática da seca, p. 141 - 142

⁶⁵ FERREIRA, Lúcia de F. Guerra, op. cit., p. 59 - 60

“Apesar dessas comissões serem compostas pelos elementos mais respeitáveis da comunidade, ou seja, o vigário, o juiz de paz, o coletor de rendas e o delegado, quase sempre tiravam proveito para si ou faziam vista grossa para os desvios de seus suprimentos, favorecendo parentes e protegidos, ou eram coniventes com alguns tropeiros que entregavam a carga com o peso abaixo do fixado nas guias de origem”⁶⁶.

Durante a seca de 1877 foram estabelecidas “Comissões de Socorro” na Província do Rio Grande do Norte nas seguintes localidades: São José, Ceará-Mirim, Macau, Angicos, Assú, Sant’anna do Mattos, Areia Branca, Mossoró, Apodi, Caraúbas, Triumpho, Imperatriz, Porta Alegre, Pau dos Ferros, Príncipe, Jardim e Acari⁶⁷.

2.4 - A secas da segunda metade do século XIX e seus efeitos

No período que se estendeu da última grande seca da primeira metade do século XIX a 1876, as províncias vítimas das crises climáticas tiveram um grande desenvolvimento, devido aos bons invernos e principalmente à revitalização da cultura do algodão, proporcionada pela crise de produção americana devido à Guerra de Secessão⁶⁸.

Devido a união desses dois fatores, ocorreu o crescimento populacional e dos rebanhos das províncias nordestinas. Esse período de relativa prosperidade veio a ser interrompido com a seca de 1877-1879, que afetou direta ou indiretamente todas as sub-regiões do Nordeste (Zona-da-Mata; Sertão; Agreste e o Meio-Norte), gerando a mortalidade de animais e homens, a fome, a migração, a destruição das culturas, a invasão das cidades e vilas, como anteriormente já se verificava.

À grande seca de 1877-1879 se seguiram oito anos de invernos normais, interrompidos pela seca de 1888-1889 que flagelou as populações do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Devido à concentração populacional no sertão, durante o século XIX, os efeitos da seca tornaram-se maiores, na medida em que “... não só desorganizavam a produção por períodos relativamente largos, como obrigavam a migração massiva e propiciavam a formação de bandos de assaltantes que infestavam o sertão, provocando razoável prejuízo adicional aos moradores”.⁶⁹

⁶⁶ Ibid., p. 66

⁶⁷ FALA com que o presidente da província do Rio Grande do Norte, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, abriu a segunda sessão da Assembléia Legislativa Provincial, em 27 de outubro de 1879, primeiro anexo

⁶⁸ ALVES, Joaquim, op. cit., p. 117 e 122 - 123

⁶⁹ Ibid., p. 27

Na segunda metade do século XIX, a emigração em massa ocorrida no Nordeste, principalmente nos períodos de seca, deslocou vaqueiros, agregados, meeiros, parceiros, escravos e pequenos proprietários dessa região para a Amazônia e o Centro Sul, que passaram por um surto de desenvolvimento econômico, propiciado pela borracha e o café, respectivamente. Em consequência dessa emigração em massa de mão-de-obra, a estrutura de sustentação do latifúndio foi seriamente afetada.

No Rio Grande do Norte, onde 90% do território se encontra inserido no chamado "Polígono da Secas", o impacto das estiagens sobre a estrutura econômica foi grande.⁷⁰

Assim, segundo SANTOS, a receita advinda do dízimo das lavouras caíram de forma brusca, de 80:385\$917 em 1876 para 1:820\$ em 1877-1879, culminando com sua suspensão; além disso, a pecuária deixou de ser a base econômica da província e a economia tendeu à diversificação. Já os efeitos sobre a população podem ser observados através do registro do aumento no número de habitantes nas maiores cidades, como Mossoró, que recebeu mais de 70.000 retirantes, tendo sido registradas 35.000 mortes, causadas por fome e moléstias⁷¹

De acordo com as Falas e Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte, dos anos de 1877 a 1879, as localidades de Mossoró e Macau foram as mais afetadas pela grande emigração populacional e os socorros públicos constituíram-se basicamente na distribuição de alimentos (arroz, farinha, feijão e milho). Essa distribuição, mesmo sendo gratuita, em alguns casos foi condicionada à prestação de serviços dos flagelados, como por exemplo na construção de estradas.

Nessas Falas e Relatórios Presidenciais, a grande seca passou a ser mencionada já a partir do ano de 1877, quando foi registrado a chegada de retirantes às localidades de Mossoró, Macau, Ceará-Mirim, Canguaretama, Goianinha, e São Gonçalo.⁷²

Em sua Fala de 27 de outubro de 1879, já no final da grande seca, o Presidente da Província relata de forma minuciosa as dificuldades que estavam passando a população que emigrou para Mossoró e arredores. Segundo ele:

⁷⁰ ANDRADE, Manuel Correia de, A produção do espaço norte-riograndense, p. 29 - 30

⁷¹ SANTOS, Paulo Pereira dos, op. cit., p. 79 - 81

⁷² RELATÓRIO com que o presidente José Nicoláo Tolentino de Carvalho, passou a administração da província do Rio Grande do Norte a Januário Bezerra Montenegro, em 6 de março de 1878, p. 8 - 9

"Mossoró foi nesta província o theatro das mais tristes senas de miséria. A nudez, a fome, as epidemias ceifaram grande número de vidas, e iam abrindo espaço aos recém-chegados. De janeiro de 1878 até agora foram sepultados no cemitério publico d'aquella cidade, conforme a relação de obitos organizada pelo respectivo e muito digno Vigario, quasi 31 mil pessoas podendo, sem perigo de erro, calcular-se em 5 mil o número dos que foram enterrados fora do cemitério, pela impossibilidade de transportar-se os cadaveres dos que morriam no abarrancamentos situados a alguma distância da cidade."⁷³

Além da mortandade populacional e das migrações, os Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte mencionam a ocorrência de saques nas cidades de Mossoró e Macau, e o aparecimento de "bandos de salteadores armados".

Depois da seca de 1877, decorreram oito anos de invernos normais nas Províncias nordestinas inseridas no "Polígono das Secas".

No início de 1888, os jornais paraibanos deram as primeiras notícias de uma nova seca na província. Seca essa, que prolongou-se por dois anos e afetou todo o Nordeste, criando novamente um quadro de migração populacional, de fome e epidemias⁷⁴.

As duas Falas dos presidentes da província do Rio Grande do Norte do ano de 1888 não mencionaram a ocorrência dessa seca em território potiguar. No entanto, existem relatos de cronistas da época que comprovam que a Província foi afetada.

A seca de 1888, que ficou conhecida como a seca dos três oito, e seus efeitos no Rio Grande do Norte foram assim descritos por um cronista não identificado:

"Ainda continua a fome no povo, a ponto do govêrno mandar distribuir socorros de viveres, por nada ter tido do presente inverno, por suas poucas e irregulares chuvas. Em junho, a miséria do povo continua grande, e há forte corrente emigratória para o Norte, com passagem pagas pelo govêrno. Há multidão de maltrapilhos e famintos esmolando pelas ruas de Mossoró. A crise está ingrata."⁷⁵

Com isso, fica claro que os diversos planos de combate às secas e seus efeitos, criados a partir da segunda metade do século XIX, não surtiram efeitos ou não foram implantados, pois ao final do século, constata-se que permaneceram os mesmos problemas: fome, migração, epidemias, saques e o aumento da população nas cidades.

⁷³ FALA com que Rodrigo Lobato Marcondes Machado, presidente da província do Rio Grande do Norte, abriu a segunda sessão da Assembléa Legislativa Provincial, em 27 de outubro de 1879, p. 8 - 9

⁷⁴ FERREIRA, Lúcia de F. Guerra, op. cit., p. 67

⁷⁵ Apud, GUERRA, Felipe, op. cit., in: ROSADO, Vingt-Un (Org), op. cit., p. 215

3 - BANDITISMO SOCIAL E SECA

“Latifúndio, crise econômica e secas periódicas se conjugam e são responsáveis pelo desenvolvimento e incremento, em certas épocas, do banditismo rural, opção a que são levados os mais pobres, diante de um sistema sócio-econômico que não só os explora como anula todas as perspectivas de mobilidade social vertical.”⁷⁶

O sertão nordestino passou ao longo do século XIX por um processo de retração econômica, agravado pelas periódicas secas que afetaram a região. Na segunda metade desse mesmo século ocorreram ao menos duas secas totais (1877 – 1879 e 1888 – 18889), que assolaram o território do Rio Grande do Norte, gerando uma série de convulsões sociais, causadas por êxodo, saque a cidades e vilas e o recrudescimento do banditismo social.

No caso do banditismo social, o Rio Grande do Norte foi vítima tanto de grupos locais como vindos de outras províncias do Império. Para reprimir as ações desses “bandidos”, as elites e/ou autoridades locais utilizavam-se de uma série de práticas e métodos, apoiados principalmente no uso da força.

3.1 - Banditismo social

3.1.1 Origens

Segundo Hobsbawm,

“O banditismo social, fenômeno universal e praticamente imutável, pouco mais é que um endêmico protesto camponês contra a opressão e a pobreza: um grito de vingança contra os ricos e os opressores, um vago sonho de conseguir impor-lhes alguma forma de controle, uma reparação de injustiças individuais.”⁷⁷

⁷⁶ MONTEIRO, Hamilton Mattos, op. cit., p. 25

⁷⁷ HOBBSAWM, Eric J., *Rebeldes primitivos*, p. 15

Se transplantarmos essa afirmação do autor para o caso do Nordeste brasileiro do século XIX, podemos considerar que em uma sociedade como a sertaneja, fundada na grande propriedade rural e marcada por relações de produção pré-capitalistas, restava ao trabalhador pobre e sem terra aliar-se aos seus opressores como jagunços a seu serviço ou rebelar-se contra os latifundiários. Dessa forma, o banditismo social apresentou-se como alternativa aos revoltosos.

No entanto, os bandidos sociais não representavam uma ameaça ao sistema sócio-econômico vigente ou mesmo aos seus representantes, os grandes fazendeiros. Como as origens do bandido social estiveram quase sempre relacionadas a injustiças ou perseguições pessoais, combatiam seus opressores direto e não a classe dominante a que estes pertenciam.

Portanto, o banditismo social não possuía um caráter revolucionário, pois não pretendia implantar ou modificar o sistema sócio-econômico vigente, era na realidade uma reação do homem pobre aos desmandos dos latifundiários e à pobreza, humilhação e degradação de quem tem sido vítima.

O bandido social passa a ser visto como um criminoso na medida em que se indis põe com os poderosos locais, ou seja, os latifundiários, que detinham o poder político, sendo os representantes do Estado. Quanto à sociedade, de uma certa forma tende a glorificá-lo, pelo fato do bandido estar buscando, através do uso da força, uma manifestação contra as injustiças ou defendendo a honra pessoal e familiar.

Dessa forma, o banditismo social tornou-se uma prática comum nas diversas sociedades rurais do mundo e uma forma da classe pobre rebelar-se contra os desmandos dos potentados locais.

No Nordeste, mesmo sendo o uso do banditismo social um fato comum em períodos anteriores a segunda metade do século XIX, foi a partir dessa data que tornou-se um fenômeno generalizado. Assim, a sociedade sertaneja nordestina não fugiu ao fenômeno presente em outras sociedades rurais do mundo, como o surgimento do cangaceirismo, modalidade de banditismo social.

No Sertão nordestino, três fatores colaboraram diretamente para a ocorrência de atos de violência, presentes no banditismo social. Primeiro: "a má distribuição da terra", que deu origem a duas classes sociais fundamentais, uma possuidora das terras, e uma outra, desprovida de terras e dependente da primeira. Segundo: "a crise do setor exportador", cujo

efeito maior foi a fuga de capitais para outras regiões, gerando um empobrecimento na área. Terceiro: “as secas periódicas”, que agravaram a crise econômica.⁷⁸

Para QUEIROZ, o cangaço, como modalidade de banditismo praticado no Nordeste, pode ser dividido em duas fases, a primeira denominado pela autora de “dependente” e, a segunda denominado “independente”⁷⁹.

Em nosso trabalho, nos interessa especialmente a fase dependente, que teve sua maior expressão no Segundo Império e caracterizou-se pela subordinação dos grupos aos chefes de grandes parentelas ou líderes políticos, levando o banditismo “dependente” a ser comumente associado às disputas pelo controle do poder local. Nessa fase, o banditismo social se tornou epidêmico no Nordeste.

Normalmente, as autoridades ao tentarem identificar os motivos que levaram o sertanejo a pegar em armas e formar bandos, não apontavam os fatores estruturais, como o latifúndio e as relações de trabalho semi-servis.

A visão das autoridades sobre o banditismo fica clara quando examinamos as Falas e Relatórios de presidentes de província do período. Nessa documentação o fenômeno do banditismo é atribuído à mestiçagem e ao meio físico, ou seja, a fatores biológicos e geográficos. É comum em praticamente todos os Relatórios e Falas dos presidentes da província do Rio Grande do Norte, referentes ao período de 1835 a 1889, ao tratarem de segurança e tranquilidade pública, a afirmação de que se devia à boa índole dos habitantes à ordem reinante na província.

A Fala^{F.34A} de presidente de província de 13 de julho de 1874 é um exemplo de como a elite entendia os atos de violência praticadas pela massa trabalhadora. Segundo essa Fala, a segurança da Província estava comprometida nesse ano, principalmente nos sertões e pequenos povoados, porque a população estava,



“Enregue á ociosidade por falta de estímulos para o trabalho, abandonada quasi aos seus instintos, sem instrucção e educação, sem o ensino do mestre que lhe desenvolva a intelligencia e lhe indique o que é e o que vale, sem a palavra e o exemplo do sacerdote que lhe inspire o amor ao bem e as virtudes e lhe inculta o horror do crime e aos vícios (...).

Além disso o inveterado costume de andar a população armada, junto á embriaguez, a facilidade que têm os criminosos de escaparem á perseguição da policia internando-se nos sertões desta e das províncias limitrophes, a falta de força pública, a deficiencia em muitos lugares de pessoas

⁷⁸ MONTEIRO, Hamilton Mattos, op. cit., p. 25

⁷⁹ QUEIROZ, Maria Isaura, op. cit., p. 15 - 16. Segunda a autora, o banditismo dependente possui suas origens no século XVIII e teve sua maior expressão no Segundo Império, já o denominado banditismo independente ficou restrito ao período de 1900 a 1940.

habilitadas para os cargos de polícia e até mesmo a protecção facil e ás vezes interesseira que encontram os criminosos, são outras tantas causas que, diffeicultando a repressão, estimulam o crime e acoroção os sues fatos.”⁸⁰

No entanto, o testemunho das autoridades não foi o único a respeito do banditismo. Juvenal Lamartine, escritor contemporâneo dos bandos que atuaram no Rio Grande do Norte na segunda metade do século XIX, afirma em sua obra “Velhos costumes do meu sertão” que a ár.dole ordeira do sertanejo evitou um maior número de casos de banditismo na província.⁸¹

Essa forma de entender o fenômeno teve influência direta sobre a política repressiva implantada pelos governos provinciais para combater os atos de banditismo no Nordeste e mesmo na província do Rio Grande do Norte, pois sendo o banditismo atribuído a fatores biológicos e geográficos, bastaria uma ação policial constante para sua erradicação.

3.1.2 Banditismo e seca

Nos anos em que o banditismo social tornou-se “epidêmico” no Nordeste, ou seja, nas décadas de 1850 e de 1870, a região passava por uma crise econômica, aprofundada pelas secas. No decênio de 1850, a economia nordestina estava debilitada devido aos efeitos da seca de 1845-1846. Já no de 1870, ocorreu a seca de 1877-1889, com efeitos devastadores para economia regional e norte-rio-grandense

As secas que assolaram o Nordeste na segunda metade do século XIX favoreceram o surgimento de bandos armados, pois com as dificuldades econômicas agravadas, a mão-de-obra liberada das grandes fazendas encontrava no banditismo um meio de sobrevivência, ao lado da migração para o Norte. Além disso, as secas dificultavam a ação repressora do estado, às voltas com os saques a vilas e cidades.

Os períodos de seca também possibilitaram a algumas quadrilhas obter uma maior independência em relação aos potentados locais, aos quais muitas vezes estavam ligados. Com a emigração de muitos proprietários rurais para o litoral, os bandos perdiam sua principal fonte de sustento e protecção, o que os levava a buscar uma nova alternativa, ou seja, o roubo de gado, de alimentos e o lançamento de tributos.

⁸⁰ FALA com que o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a primeira sessão da vigésima legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, em 13 de julho de 1874, p. 5

⁸¹ LAMARTINE, Juvenal, Velhos costumes do meu sertão, p. 103

No entanto, normalizada as condições climáticas, os grandes fazendeiros e/ou chefes políticos retornavam ao sertão, dando início à repressão daqueles grupos que não pretendiam ficar submetidos aos seus comandos.

Esse foi o caso de João Calangro, que atuou no Ceará, ao longo da década de 1870. Segundo QUEIROZ, o grupo de Calangro, controlado pelo chefe político da cidade de Jardim, aproveitou a seca de 1877 para obter maior “independência”, mas, ao findar o período de seca, a repressão das autoridades o fez fugir do Ceará.⁸²

Por ocasião da grande seca de 1845-1846, o presidente da província do Rio Grande do Norte já mencionava o aumento das quadrilhas no sertão potiguar com o problema da estiagem. Dizia ele:

“... além da fome, da mortandade de animais e homens, e de todos os outros males que nos tem causado a secca, hum ha que merece muito especial menção, e vem a ser a grande quantidade de ladrões que tem apparecido por todos os pontos da Província (...). Homens que sempre vivêrão entregues à ociosidade e a preguiça, e que substitião do que espontaneamente lhes offerencia, hoje, (...), em alcateias ou individualmente, se achão em continua aggressão a propriedade dos industriosos e trabalhadores ...”⁸³

A relação entre banditismo social e seca, entretanto, não pode ser automaticamente estabelecida no que diz respeito ao período de 1850 a 1889, no Rio Grande do Norte. De acordo com o que coletamos na coleção de Falas e Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte, no período de 1850 a 1889, dos oito casos de violência atribuídos a quadrilhas, sete ocorreram em anos de invernos considerados normais para o sertão norte-rio-grandense.

As Falas e Relatórios correspondentes aos anos da seca de 1877 e 1888 mencionam apenas um ato de banditismo social, o praticado pela chamada quadrilha dos “Brilhantes”, em 1879.

O presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado assim descreveu a ação dos “Brilhantes”:

⁸² QUEIROZ, Maria Isaura, op. cit., p. 29 - 30.

⁸³ DISCURSO pronunciado pelo presidente da província do Rio Grande do Norte, Casimiro José de Abreu, na abertura da segunda sessão ordinária da quinta legislatura a Assembléia Legislativa provincial, no dia 7 de setembro de 1845, p. 5 - 6

“E como sempre acontece nos períodos anormais da vida dos povos, em que, por impulso de circunstâncias extraordinárias, perturba-se o jôgo regular das leis da ordem moral com prejuízo da virtude, e vem á tona as faces da sociedade, n’esta província, bandos de salteadores armados, e dirigidos por três celebres faccinoras Jesuíno Alves Brilhante e seus irmãos Lucas e João Alves infestam a zona do sertão comtendo toda a sorte de tropelias, contra os direitos de seus habitantes.

Estes sicarios não se limitaram ao furto de gado e generos de alimentação, matam, surram, lançam tributos, desacatam as famílias dos seus desaffeitados, e procuram aterrar com ameaças os animos das autoridades que lhe saem ao encontro.”⁸⁴

No entanto, já no início do ano de 1880, a segurança pública da província tendeu a melhorar, principalmente com a morte de Jesuíno Brilhante, que liderou um grupo de “salteadores”, (os Brilhantes), por mais de cinco anos. Também contribuiu para essa melhora a normalização das condições climáticas, ou seja, o retorno do inverno.⁸⁵

3.1.3 O banditismo social no Rio Grande do Norte: no período de 1850 a 1889

Nas Falas e Relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Norte, que compreendem o período de 1835 a 1889, a primeira menção à ação de uma quadrilha no território norte-rio-grandense data de 1837. De acordo com a Fala do presidente Silva Lisboa, de 07 de setembro de 1837, “... apareceu nos Termo de Portalegre, e Ápudi uma quadrilha de salteadores, capitaneada por Wenceslão Alvares d’Almeida, comtendo alem de roubos, crimes mais atrozes...”⁸⁶

Segundo Eloy de Souza⁸⁷, o banditismo social no Rio Grande do Norte, na Segunda metade do século XIX, foi uma prática pouco comum em seus sertões. Somente a ação de Jesuíno Brilhante e seu grupo costuma ser mencionado, como se no território norte-rio-grandense não houvessem atuado outros bandos.

Em seu estudo, “Crise agrária e luta de classes”, publicado em 1980, MONTEIRO contradiz essa idéia. Segundo dados estatísticos por ele levantados, nos Relatórios e Falas dos presidentes de província e no Relatórios do Ministério da Justiça, do

⁸⁴ FALA com que Rodrigo Lobato Marcondes Machado, presidente da província do Rio Grande do Norte, abriu a segunda sessão da Assembléa Legislativa Provincial, em 27 de outubro de 1879, p. 4 - 5

⁸⁵ RELATÓRIO com que o presidente da província do Rio Grande do Norte, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, passou a administração da Província a Alarico José Furtado, em 01 de maio de 1880, p. 4.

⁸⁶ FALA com que o presidente da província do Rio Grande do Norte, Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, abriu a terceira sessão da Assembléa da mesma província, em 7 de setembro de 1837, p.

⁸⁷ SOUZA, Eloy de, op. cit., p. 149

período de 1850 a 1889, ocorreram no Nordeste um total de duzentos (200) ações envolvendo quadrilhas, dos quais, cinco ocorreram no Rio Grande do Norte.

Na nossa pesquisa feita na coleção de Falas e Relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte (1850 a 1889), encontrou-se o registro de um número maior de ações em que atuaram quadrilhas: um total de oito, das quais três ações ocorreram na década de 1850 e as demais no decênio de 1870.

MONTEIRO, também identificou os bandos que atuaram na província do Rio Grande do Norte – num total de sete – como tendo sido: os “Camisas Pretas”; o de “Jesuino Brilhante”; o dos “Quirinos”; e dos “Calangros”; o de “Adolfo Rosa Meia Noite”, o dos “Meireles” e um não identificado⁸⁸. Dentre essas quadrilhas, a dos Brilhantes era originária da província, mais precisamente da atual cidade de Patu, e, principalmente por isso, ela é mais mencionada nos relatos oficiais.

Segundo nosso levantamento, as quadrilhas que atuaram no Rio Grande do Norte na segunda metade do século XIX foram: a de José Brilhante (1852); a que é mencionada na Fala presidencial de 1854, sem identificação de seu nome não nos permitiu identificar seu nome ou de seu líder; a liderada por Vicente Ferreira Brasil (1859); a conhecida por “Camisa Pretas”, liderada por Higinio de Holanda Leiros (1871), a dos “Brilhantes” (1872, 1876 e 1879) e a denominada de “Limãozinho”, de José Simão de Maria (1874).

Acreditamos, dessa forma, ser bastante provável que MONTEIRO tenha utilizado sobretudo os Relatórios do Ministério da Justiça, como fonte principal de pesquisa, e não as Falas e Relatórios de presidentes de província, pelo menos no que se refere ao Rio Grande do Norte.

A primeira ação de grupos de “bandidos” em terras potiguares, referente a segunda metade do século XIX e registrada nas Falas e Relatórios refere-se ao ano de 1852. O presidente da província em sua Fala desse ano afirmava que “... acham-se recolhidos á cadeia da Capital tendo sido prêso na Comarca de Maioridade depois de um longo tiroteio, Jozé Brilhante de Alencar, e grupo de sicarios, que elle comandava...”. A mesma Fala presidencial também faz referência a crimes cometidos por essa quadrilha na Província do Ceará⁸⁹.

Dois anos depois, registrou-se na Província do Rio Grande do Norte a ação de outro grupo de “criminosos”:

⁸⁸ MONTEIRO, Hamilton Mattos, op. cit., p. 69 e 75 - 79

⁸⁹ FALA dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1852 pelo presidente da província José Joaquim da Cunha, p. 5

“Em principios de janeiro do corrente anno (1854) a tranquillidade publica foi levemente alterada pela resistencia effectuada por um grupo de faccinorosos, que junto ao lugar de Timbaubas, acobertados com o mato fizeram fogo sobre uma escolta de desenove praças em deligencia de capturar alguns criminosos: desta aggressão imprevista ainda resultou infelizmente ficarem bem feridos dous soldados.”⁹⁰

Era fins de 1859, um grupo de “criminosos” armados, vindos da localidade de Souza, na Paraíba, entrou na povoação de Luís Gomes, onde cometeu vários “desacatos”. O cidadão Antônio Cavalcanti de Albuquerque, juiz municipal e delegado suplente em exercício do “Termo de Pão dos Ferros”, dirigiu-se a referida povoação atacada, juntamente com uma escolta para prender os criminosos. Na reação dos “marginais”, o delegado foi morto a punhaladas pelo “sicário” Vicente Ferreira Brasil, que também veio a morrer, ficando preso o criminoso Luís Barbosa, e tendo fugido os demais membros do bando⁹¹.

Na década de 1870, foi mais comum a ação de grupos armados que tiveram sua presença na Província do Rio Grande do Norte registradas pelas autoridades, com maior destaque para o grupo de Jesuíno Brilhante, nascido no sertão potiguar.

Já em 1871, o Presidente Delfino Augusto relatava a prisão do “celebre” Antônio Hygino de Hollanda Leiros, “... um dos chefes dos camisas pretas”, efetuada pelo subdelegado da localidade de Cruz do Espírito Santo.⁹²

No dia 4 de agosto de 1872, no lugar denominado “Buqueirão da Tapera”, nas proximidades da “Villa do Triumpho”, o grupo dos Brilhantes emboscou uma guarnição da policia liderada pelo tenente Francisco César do Rego, quando essa se dirigia da cidade de Imperatriz para Natal. Na emboscada, saíram feridos o referido oficial e um soldado.⁹³

Conforme a Mensagem de João Capistrano, de 1874, foram presos...

“... os criminosos Francisco Ignácio de Oliveira, conhecido por Francisco Cratua, José Simão de Maria e João Simão de Maria, este chefe do grupo a que os primeiros pertenciam, denominado

⁹⁰ FALA que Antônio Bernardo de Passos, presidente da provincia do Rio Grande do Norte, dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária, em 4 de julho de 1854, p. 3

⁹¹ RELATÓRIO com que João José de Oliveira Junqueira, presidente da provincia, abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 1866, p. 7

⁹² RELATÓRIO com que presidente da provincia Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque abriu a segunda sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, no dia 12 de outubro de 1871, p. 4

⁹³ RELATÓRIO com que o presidente da provincia do Rio Grande do Norte, Henrique Pereira de Lucena, abriu a primeira sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 05 de outubro de 1872, p. 7

limãozinho, que por sua perversidade e depredações se tinha constituído o terror das comarcas de Maioridade e Páo dos Ferros.”⁹⁴

Na Fala presidencial de 17 de outubro de 1876, foi registrada a passagem de Jesuíno Brilhante e sua quadrilha na cidade de Imperatriz, atual cidade de Martins. Trata-se do relato mais detalhado da ação de uma quadrilha em território norte-rio-grandense encontrado na Coleção de Falas e Relatórios de Presidentes da Província do Rio Grande do Norte no período de 1850 a 1889 e que por esse motivo encontra-se em anexo no nosso trabalho.⁹⁵

Como mencionado anteriormente, ao falarmos de banditismo e seca, a província do Rio Grande do Norte foi vítima da ação de uma quadrilha no ano de 1879. Na ocasião, a quadrilha dos “Brilhantes” cometeu “toda a sorte de tropelias, contra os direitos de seus habitantes.”⁹⁶

3.1.4 A repressão

A política repressiva implantada pelo governo da província do Rio Grande do Norte para combater o banditismo social esteve apoiada fundamentalmente no uso da força policial. Essa prática de combater apenas os efeitos da crise sócio-econômica instalada no sertão, ou seja, as quadrilhas, e não suas reais causas, a estrutura fundiária e a crise econômica, era um reflexo da forma como as autoridades entendiam o banditismo: como um caso de polícia.

“De maneira geral, a visão da época e que ainda persistiu até pouco tempo atrás, era a de que o bandido rural não passava de um criminoso pura e simplesmente. Sua criminalidade provinha do instinto mal que possuía e, para extingui-lo, bastava um aparelho policial bem organizado, numeroso e eficiente. Era apenas um caso de polícia.”⁹⁷

Mesmo não se tratando da opinião de uma autoridade contemporânea ao período focado em nosso trabalho – 1850 a 1889 –, o pronunciamento do deputado federal pelo Rio Grande do Norte, Dioclécio Duarte, na Câmara Federal, no dia 17 de junho de 1927, demonstra como as autoridades entendiam o fenômeno do banditismo social no Nordeste.

⁹⁴ FALA com que o presidente da província João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a primeira sessão da vigésima legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, em 13 de julho de 1874, p. 12

⁹⁵ Ver anexo 2

⁹⁶ FALA com que Rodrigo Lobato Marcondes Machado, presidente da província do Rio Grande do Norte, abriu a segunda sessão da Assembléia Legislativa Provincial, em 27 de outubro de 1879, p. 4 - 5

⁹⁷ MONTEIRO, Hamilton Mattos, op. cit., p.4 - 5

DUARTE afirmava então que o banditismo "... não era um simples caso de acção policial". Entretanto, ao final do mesmo pronunciamento defendia a posição de que o Exército brasileiro deveria ser usado "... como sentinellas permanentes contra as aggressões dos bandidos". O mesmo deputado atribuía a origem do banditismo no Nordeste à falta de instrução e de trabalho para a população, à ausência de transporte e ao excesso de politicagem.⁹⁸

Outro deputado, Viriato Corrêa, defendia "... que o cangaceirismo, no nordeste, constitue apenas um resultado do caldeamento que se está operando na raça", e como "... em todo caldeamento, ha uma parte sã e uma má. A parte má é a borra e o cangaceirismo nada mais representa sinão essa parte má do caldeamento que opera em nossa raça".⁹⁹

O banditismo social também foi comparado, por Viriato Corrêa, ao processo de refinamento do açúcar. Segundo ele, a solução para o banditismo seria a "mesma" do refinamento do açúcar: a eliminação da borra, isto é, o bandido rural.¹⁰⁰

A política repressiva empreendida pelo governo provincial encontrou um obstáculo no apoio e proteção normalmente dadas ao bandido rural pela população pobre e alguns chefes políticos do sertão. Esse foi o caso de Jesuíno Brilhante, que apesar de se tornar "criminoso", no entender das autoridades, teve grande aceitação popular, em função de redistribuir parte de seus roubos com os mais pobres, o que ocorreu na grande seca de 1877-1879, quando sua quadrilha atacava os comboios que traziam socorros públicos (normalmente alimentos) para o sertão.¹⁰¹

Além desse fator mencionado, a rapidez dos ataques, as dificuldades de deslocamento das tropas de linha e a fuga dos bandos para as províncias vizinhas contribuíram para ineficiência da política repressiva.

O presidente da província do Rio Grande do Norte, Henrique Pereira de Lucena, em seu Relatório de 05 de outubro de 1872, apontou soluções para erradicação do banditismo, soluções essas que foram propostas tanto por presidentes que o antecederam como pelos que o sucederam.

⁹⁸ DUARTE, Dioclécio, Como exerci o meu mandato, p. 10 e 22 - 31

⁹⁹ Ibid., p. 19

¹⁰⁰ Ibid., p. 20

¹⁰¹ ROSADO, Vingt-Un, Jesuíno Brilhante, in: OLIVEIRA, K. Dantas de, Mossoró e o cangaço, p. 29

“Enquanto as luzes não se derramarem a jorro pelas camadas inferiores da sociedade, enquanto o sacerdote não converter-se em verdadeiro apóstolo da religião, e fôr e que e presentemente, salvas honrosas excepções; Enquanto fielmente as vias de comunicação não melhorarem de modo á permitirem que a acção da autoridade chegue com rapidez do raio á todos os pontos e lugares os mais reconditos para surprender, capturar e punir o criminoso, que se reputava do abrigo da perseguição, desenganemos-nos, ainda por muito tempo teremos de registrar em nossos annaes estes quadros afflitivos e significativos do nosso atraso,”¹⁰²

Definidas pelas autoridades da época as causas do banditismo social, a sua prevenção passava necessariamente, segundo as mesmas autoridades, pelo incremento das comunicações, dos transportes, da educação e da justiça. Entretanto, deve ser observado que, de fato, a alfabetização ou educação popular não era de interesse da elite agrária, pois não implicava necessariamente em um aumento dos ganhos dessa elite; no caso da justiça, o aparelho judiciário estava sob o controle direto dos potentados, e buscava, portanto atender aos interesses dessa elite e não dos desfavorecidos; já o melhoramento dos transportes e das comunicações estava limitado pelo baixo nível de produção dos latifúndios, basicamente voltada para atender as necessidades do mercado local¹⁰³, numa época de crise da economia nordestina.

¹⁰² RELATÓRIO com que Henrique Pereira de Lucena, presidente da província, abriu a primeira sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, no dia 5 de outubro de 1872, p. 6

¹⁰³ FACÓ, Rui., op. cit., p. 42 - 44

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro registro da ação de uma quadrilha de “criminosos” na Província do Rio Grande do Norte data de 1837. Mas foi no período compreendido entre 1850 e 1889, que o banditismo social se tornou uma prática mais comum no sertão da província.

Depois de compararmos os dados fornecidos por MONTEIRO, em “Crise agrária e luta de classes”, com os obtidos na pesquisa feita na coleção de Falas e Relatórios de presidentes de província do Rio Grande do Norte (1850 – 1889), ficou constatado ao menos dois pontos contraditórios.

No primeiro, percebeu-se que o Rio Grande do Norte foi vítima não de cinco, mas de oito casos de violência envolvendo a ação de quadrilhas. Já no segundo, o nome das quadrilhas responsáveis por essas ações também difere, das sete quadrilhas identificadas por MONTEIRO, apenas duas, a dos “Camisas Pretas” e dos “Brilhates”, coincidem nos dois estudos.

A estrutura fundiária, que se formou ao longo do processo de colonização do sertão nordestino e potiguar, caracterizada pelo monopólio da posse da terra nas mãos de uns poucos fazendeiros, constituiu-se em uma das principais causas do banditismo, uma vez que não permitia, nem permite, o acesso da população à terra.

Sem acesso à terra, principal meio de produção da região, muitos homens buscavam alternativas de sobrevivência, tornando-se o banditismo social uma dessas alternativas para superar a pobreza ou executar a vingança pessoal ou familiar. Portanto, seguir o banditismo foi uma escolha individual, principalmente de homens pobres, da mesma forma que a migração para o Norte do Brasil, ou outras regiões, constitui também uma alternativa.

Na segunda metade do século XIX, fatores como a concorrência internacional ao açúcar e ao algodão, produtos tradicionais da economia nordestina e, a expansão da economia cafeeira na região Sudeste, implicando na transferência do pólo econômico e político para essa região, somadas às secas periódicas, contribuíram para a descapitalização do Nordeste, ampliando o quadro de miséria das províncias. Essa crise que se abateu sobre a região, e portanto sobre o Rio Grande do Norte, a partir de 1850, esteve diretamente ligada ao aumento no número de casos de banditismo na província.

Essa mesma estrutura fundiária excludente deu origem a diversas relações de trabalho como a “meia”, a “terça”, a “agregagem” e a “jornada”, que assegurou aos grandes fazendeiros uma mão-de-obra dependente e de baixo custo.

A maior parte do território norte-rio-grandense encontra-se inserido no chamado "Polígono das Secas". Ao longo dos quatro primeiros séculos de colonização do Brasil registrou-se um total de trinta e seis (36) secas no Nordeste, destas, ao menos vinte (20), atingiram o Rio Grande do Norte.

Na maior parte dessas secas registrou-se a ocorrência da migração populacional, epidemias, fome e a mortandade de homens e animais. Esses efeitos tornaram-se mais devastadores para economia potiguar no século XIX, por dizimar a sua principal atividade econômica, a pecuária bovina.

A estrutura fundiária e a crise econômica que se estabeleceram no Nordeste causaram um aumento no número de casos de banditismo social, a partir de 1850. O mesmo não se pode afirmar com relação à ocorrência de secas, isto é, não é possível estabelecer uma relação automática entre seca e banditismo social. Assim, observou-se que, nas duas grandes secas da segunda metade do século XIX – 1877 e 1888 – registrou-se apenas uma única ação, em 1879, atribuída a quadrilha dos "Brilhantes".

O banditismo social, conforme as autoridades da época, só poderia ser combatido através de um aparelho repressivo organizado, numeroso e eficiente, ou seja, o bandido social era um caso de polícia. A política repressiva implantada na província do Rio Grande do Norte esteve apoiada fundamentalmente no uso da força policial.

Outras medidas como o melhoramento das comunicações, dos transportes, da educação e da justiça também foram propostas pelas autoridades, no entanto, as elites locais não tinham interesse na implantação de medidas que limitassem o seu controle social, político e econômico sobre a população pobre.



FONTES

FALAS e Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte[microfilmes].
Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1835 - 1889. 4 microf., neg. p.& b., 35mm.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII a XIX*. 2. ed. [Mossoró]: ESAM, 1982. (Coleção Mossoroense, v. 225).
- ANDRADE, Maruel Correia de. *A produção do espaço norte-riograndense*. Natal: Universitária, 1981.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro: Federal e Ministério da Agricultura, 1956. (Documentário da vida rural, n. 9).
- _____. *Mossoró, região e cidade: crônicas*. Natal: Universitária, 1980. (Coleção Mossoroense, v.103)
- _____. *Flor de romances trágicos*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.
- CHIAVENATO, Júlio J., *Cangaço: a força do coronel*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *O cangaço*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DUARTE, Dioclécio D., *Como exerci o meu mandato*. Rio de Janeiro: Duco, 1934.
- DUARTE, Moacyr. *A barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a grande seca*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. A questão da "terra livre" no Brasil colônia e conflitos sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2 e 3, 1996, Niterói. *Anais*. Niterói: ABPHE/UFF, 1996. v. 1, p. 105 – 124.
- FERNANDES, Geraldo de Margela, COSTA, Idalina Farias Soares. *A seca no Nordeste*. Brasília, 1992.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1993.
- FROTA, Luciana Silveira de Aragão. *Documentação oral e a temática da seca*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.
- GASTÃO, Paulo Medeiros. *Contribuição a uma bibliografia do cangaço: 1845 – 1996*. Mossoró: ETFERN/UNED: Secretária de Educação e Desporto do Rio Grande do Norte, 1996. (Coleção Mossoroense, série C, v. 911 e Coleção Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço, v. 1).

- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndios*. São Paulo: Fulgar, 1963.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- _____. *Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1996.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 4. ed. São Paulo: Secretária de Estado da Cultura, 1990.
- MACIEL, Frederico Bezerra. *Lampião, seu tempo e seu reinado*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. v. 1: As origens.
- MATTOS, Maria Regina M. Furtado. *Vila do Príncipe: 1850/1890, sertão do seridó, um estudo de caso da pobreza*. Niterói, 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, UFF, 1985.
- MEDEIROS FILHO, João, SOUZA, Itamar de. *Os degredados filhos da seca: uma análise sócio política das secas do Nordeste*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “Civilização do Couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.
- MONTEIRO, Hamilton Mattos. *Crise agrária e luta de classes: o Nordeste brasileiro entre 1850 a 1839*. Brasília: Horizonte, 1980.
- NONATO, Raimundo (Org). *Jesuíno Brillhante: o cangaço romântico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.
- OLIVEIRA, Antônio Kydelmir Dantas de (Org). *Mossoró e o cangaço*. Mossoró: ETFRN e UNED, 1997. 151p. (Coleção Mossoroense, v. 950 e Coleção Sociedade Brasileira do Cangaço, v. 5).
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.
- ROSADO, Vingt-Un (Org). *Memorial da seca*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981. (Coleção Mossoreense, v. 168).
- SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX*. Natal: Clima, 1994.

SHAKER, Arthur. *Pelo espaço do cangaceiro, Jurubeba*. São Paulo: Símbolo, 1979 (Coleção Ensaio e Memória, n. 20).

SILVA, J. Graziano da (Org). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Questão agrária*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Lígia Maria Osório. A questão da terra e a formação da sociedade nacional no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2 e 3, 1996, Niterói: *Anais*/Niterói: ABPHE/UFF, 1996. v. 1, p. 35 – 51.

SOUZA, Eloy de. *O calvário das secas*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1983.

SOUZA, Itamar de. *A luta da Igreja contra os coronéis*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ANEXO 1

ANOS DE SECA	DURAÇÃO DAS SECAS (EM ANOS)	ESTADOS AFETADOS	TOTAL DE SECAS
1 - SÉCULO XVI			
1559	01	PE e BA	04
1564	01	PE e BA	
1583	01	PE	
1592	01	PE e BA	
2 - SÉCULO XVII			
1603	01	*	07
1606	01	*	
1609	01	*	
1614	01	*	
1645	01	*	
1652	01	*	
1692	01	**	
3-SÉCULO XVIII			
1710 - 1711	02	**	11
1722 - 1728	06	**	
1736	01	RN	
1744 - 1746	03	RN	
1754	01	*	
1760	01	*	
1766	01	CE e RN	
1772	01	*	
1777 - 1778	02	**	
1784	01	RN	
1790 - 1793	04	**	

4 – SÉCULO XIX			
1803 – 1804	02	PB e CE	
1808 – 1810	03	RN e CE	
1814	01	RN	
1817	01	CE	
1819 – 1820	02	PE	
1824 – 1825	02	**	
1833 – 1835	03	RN e PE ***	14
1845 – 1846	03	**	
1860	01	RN e BA	
1869	01	RN	
1877 – 1879	03	**	
1888 – 1889	02	**	
1898	01	RN	
1900	01	RN	
TOTAL DE SECAS			36

Fonte: Adaptação de: SOUZA, Itamar de, A luta da Igreja contra os coronéis, p. 38 e 39

* - Área afetada não indicada.

** - Seca total – afetou três ou mais estados

*** - Apenas em Pernambuco a seca prolongou-se até 1835

ANEXO 2

FALA com que Antônio Passos de Miranda, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, abriu a primeira sessão da vigésima primeira legislatura da Assembléia Provincial, em 17 de outubro de 1876, p. 4 e 5.

“TRANQUILIDADE PÚBLICA”

Continúa inalteravel a tranquillidade publica em toda a Província, e este estado lisogeiro dá um vivo testemunho do respeito que tem o povo rio-grandense vota às leis e as instituições juradas.

Na cidade da Imperatriz deu-se ultimamente um facto, que apesar de grave pelas circunstâncias de que foi revestido, não se póde entretanto dizer que alterou a ordem publica.

O celebre criminoso Jesuíno Alves, acompanhado de 10 ou 12 sequazes, appareceu naquela cidade com o fim de conduzir uma moça depositada em casa de Porfirio Leite Pinho e assassinar um preso, que se havia apresentado para responder ao jury.

O commandante do destacamento alferes honorario do exercito, João Ferreira de Oliveira, reunindo a força de que despunha, composta de 15 praças, se dirigio ao lugar onde se achavam os criminosos para os prender, foi recebido com uma descarga, que logo pôz fôra da luta um soldado, e fazendo-se immediatamente cerco na casa acudiram muitos cidadãos, que se prestaram a auxiliar a força pública.

Depois de cercados começara, os criminosos a fazer fogo sobre a força e mais cidadãos que o auxiliavam, resultando ficarem feridos, além do soldado já memcionado, o 1 suplente do juiz municipal do termo Cosme Justiniano de Souza Lemos, o alferes commandante da força e o cidadão Joaquim Xavier de Queiroz, e sendo alguns ferimentos considerados graves.

Durou o cerco até ás 4 horas da madrugada e nessa occasião os criminosos, tendo feito um arrombamento para a casa vizinha, surprehenderam as sentinellas e descarregando sobre ellas às armas, conseguiram evadir-se, sem que pudessem ser perseguidos com vantagem por causa da escuridão da noite.

Custa a crêr em tanta audacia da parte de um criminoso, tantas vezes perseguido pela força publica por crimes que enchem de terror a população do sertão não só desta Província como das do Ceará e da Parahyba.

Mas o facto que acabo de narrar vem ainda affirmar a celebridade triste de tão cruel faccinora, que por mais de uma vez tem cahido nas mãos da força, conseguindo entretanto escapar-se por meios arditos.

Depois da fuga dos criminosos, a população da cidade da Imperatriz ficou tomada de susto por que corriam boatos de Jesuíno voltaria acompanhado de maior sequito com o fim de assassinar as autoridades da comarca.

O juiz de direito Dr. José Alexandre de Amorim Garcia, que durante os acontecimentos que acabo de narrar, portou-se como magistrado verdadeiramente digno, tratou de dispôr as causas para a resistência e sem demora requisitou a força existente em Pão dos Ferros que não se fez esperar.

Ao distincto magistrado acompanharam os cidadãos mais prestantes da localidade, que generosamente se offereceram par auxiliá-lo no nobre empenho de manter a ordem e a tranquillidade publica.

Creio que atualmente já não ha mais receio da volta de Jesuíno e que a população acha-se tranquillizada em vista das providencias que tomei de accordo com o juiz de direito e o distincto chefe de policia desta provincia.

Na Imperatriz ha hoje 34 praças e 2 officiais, e acredito que Jesuíno não se animará a voltar, porque se realizão tão arrojado intento não escapará a acção da justiça, da qual tem sempre zombado.

Devo aqui conseguir um voto de louvou ao cidadão Cosme Damião barbosa Tinoco, juiz municipal Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, 1 suplente do juiz municipal Cosme Justiniano de Souza Lemos, delegado Antônio Francisco de Queiroz, capitão João da Silva Lisboa, professor Theophilo da Cunha Souto Maior e mais outros cidadão que muito se esforçaram para que a ordem publica não soffresse séria alteração.

A policia emprega todas as diligencias para prender os criminosos”.